



DE QUENGA A ACOMPANHANTE: AS DIFERENÇAS DE CLASSE E A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO

João Vitor Dias da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA

jvitorids@gmail.com

A prostituição é um forte fenômeno com uma enorme expressividade, aliado ao tráfico de drogas, riscos à saúde, e a violência urbana, perpassado vários elementos sociais. Ao longo do tempo histórico a prática assumiu diversos sentidos e significados, assumindo de práticas religiosas até ser vista repreensivamente como uma atividade promíscua e imoral. Hoje se pauta no uso do corpo como forma de prestação de serviços em troca de um embolso monetário, porém não regulamentada devidamente como prática trabalhista. Repensar os motivos que levam as prostitutas a submeterem-se a essa prática, é repensar o discurso sobre a regulamentação trabalhista da atividade da profissional do sexo, fazendo com que o diálogo se alie com a realidade das mulheres.

O recorte do estudo deu-se na cidade de Itarema, Ceará, busquei através de entrevistas tentar esmiuçar os motivos que levaram cada uma das profissionais, pontuando as respostas com a classe social, aliado a isso, observei o local de trabalho e entrevistei alguns clientes. Neste processo de pesquisa empírica mesclada com teoria percebi que é necessário um aprofundamento do debate acerca da regulamentação dialogando com as realidades vividas, e assim, construir um projeto de pensamento científico pautado em políticas públicas mais próximas das mulheres.

Palavras-chave: Prostituição. Trabalho sexual. Gênero. Classe.

A prostituição atualmente vem sendo pouco tratada nas pautas de políticas públicas, e até mesmo pela comunidade acadêmica, já que fomenta calorosos debates que se concentram na liberdade do uso do corpo. A prática já assumiu diversos significados sempre ligado a moral vigente no tempo histórico, portanto atualmente, em predominância da moral judaico-cristã que liga o ato sexual e a sexualidade ao pecado, a visão que se tem hoje da prostituição é de uma prática desprezível e rechaçada socialmente, marginalizando-a e transformando em um fenômeno social de grande expressividade.

É bom salientar que a representação social da prostituta varia de acordo com a

localização em espaço e tempo, nem sempre ela teve essa marca atribuída pela a sociedade ocidental atualmente. A prostituição já obteve carácter religioso nas sociedades antigas, onde mulheres recebiam presentes em trocas de favores sexuais, na Grécia eram conhecidas como hieródulas, servas de Afrodite que eram tidas como sagradas e vistas como um elo entre o divino e a terra. Muito antes da interpretação pragmática do coito como ato reprodutivo, havia a interpretação simbólica, uma participação mística na conjunção carnal nas sociedades tradicionais antigas, onde se integrava toda a corporeidade (PITTA, 2005). A prostituição foi adquirindo o estigma que se tem hoje após a reforma religiosa que ocorreu na Europa no século XVI, caindo na clandestinidade, tidas como impuras e filhas



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da desordem moral, após isso, com o advento da revolução industrial e com ela toda crise social, econômica e política, tem-se uma sociedade enferma em pleno processo de êxodo rural e inchamento urbano, frente a essa pauperização social provocadas pela industrialização acelerada, como por exemplo o baixo salário e o extenso trabalho, ocorre as respostas sociais como alcoolismo, depressão, e um aumento da prostituição que vinha nascendo como um canal contra a disparidade salarial entre homens e mulheres.

É nesse sentido que trabalharei a prostituição, como uma atividade laboral, por mais que não regulamentada, é uma prática que é vista como uma forma de ganhar renda. O imaginário senso comum da sociedade ver a profissional do sexo sob um escopo moralista onde ela é tida como um ser promíscuo, com o uso indiscriminado e indevido do sexo a fim de estabelecer uma relação carnal a troca de um retorno monetário independente de quaisquer motivos, sejam eles representados por classe ou gênero. Parte dessa visão é formada pela a marginalização da vida da prostituição, esculpida por locais escuros e tidos como perigosos. Entretanto, com a capacidade do capitalismo de absorver fenômenos e transformá-los em lucro, o mercado do sexo vem crescendo e aos poucos banalizando a questão da sexualidade, retirando dela todo o peso moral e concomitantemente, retirando em parte a moral impositiva na questão da prostituição. A criação de boates de strip-tease, de casas de massagens ou até mesmo bares onde a prostituição é comum, vem normalizando a prática, onde o espanto ao ver uma prostituta em uma esquina já quase não existe mais e a ida em locais particularizados é rotineiro. Mas o crescimento e banalização da prática não configura uma melhoria de vida dessas mulheres, pelo o contrário, o descaso do Estado ou até mesmo a exploração

por parte dele como a extorsão e abuso de policiais com prostitutas (RIBEIRO, 2015), a falta de segurança e o machismo inculcado na sociedade faz com que a prostituição seja uma tarefa de risco, onde a mulher em condição de fragilidade trabalha, fazendo assim a fomentação do debate acerca da regularização da atividade, aliado a isso um resgate dos direitos e cidadania das mesmas.

A visão frente ao uso do corpo como atividade laboral, divide opiniões, no bojo sócio moral é tida como uma atividade degenerada, por mais que atualmente após a luta do movimento feminista no intuito de desligar o conceito maléfico que atrelava a liberdade da sexualidade feminina ao pecado esteja crescendo, a prostituição ainda carrega o forte estigma marginal lhe atribuída socialmente. Já no meio acadêmico se polariza em dois campos defendidos, um pela as feministas radicais, e outro pela as feministas liberais. O primeiro defende a proibição da atividade, pois compreende que é uma violação aos direitos humanos, sem contar o reforço do estereótipo machista de mulher como objeto existente apenas ao sexo, já o segundo defende uma regulamentarização da prática dialogando mais com a realidade, onde a prostituta receberia os mesmos direitos de um trabalhador comum. Frente a esse debate, é óbvio observar que a atividade sexual é um assunto complexo que binaria opiniões até de especialistas, haja visto, seguirei com o artigo tentando refutar e ao mesmo tempo dialogar com as partes conflitantes (RIBEIRO, 2015).

Pode-se afirmar que a sociedade brasileira vê a prostituição como uma escolha da mulher para “ganhar dinheiro fácil”, porém essa visão pressupõe que exista outro caminho, já que uma escolha implica mais de uma alternativa. É uma forma reducionista e simplista, mas lógica, já que para prostituir-se não se precisa de nada além do corpo, como



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

coloca Gilberto Dimenstein no livro *Meninas da Noite*, “elas não têm nada para vender. Não sabem ler, cozinhar, escrever. Só podem vender o único bem que possuem: o corpo” (DIMENSTEIN, 1992). Dessa forma é fácil pensar a prostituição como algo fácil, já que basta oferecer o corpo, mas dividir uma intimidade, sofrer preconceitos e estigmas, frequentar locais perigosos, são fatos reais que derrubam a afirmação de facilidade. E o conceito de ter apenas o corpo deslegitima a possibilidade de opção, pois muitas vezes, meninas são jogadas a prostituição por meio da mãe para incrementar a renda familiar, por terem sido abusadas pelos pais, por estarem em condições desumanas, a prostituição para essas meninas, que em sua maioria são negras e da periferia, não se apresenta como opção e sim como fato determinado de um caminho que elas devem seguir. Mas existe um outro lado da moeda, onde mulheres decidem por vias próprias entrarem no mundo da prostituição para uma ascensão social, uma forma encontrada de uso do corpo consciente como forma de melhoria de renda. Os motivos que abrangem os grupos citados, aqueles que são determinados a se prostituírem e aquelas que possuem a escolha são diferentes, porém os dois grupos anseiam o mesmo desejo: a regulamentação.

Algumas pesquisas feitas na área da prostituição prendem-se muito a questão idealizadora não dialogante com a realidade vivida, tratadas a partir de vertentes teóricas que limitam a apreensão do sujeito da pesquisa em sua condição de outro (antropologicamente falando), restringindo o desvendamento de aspectos relevantes sobre o pesquisado, como é o caso dos fenômenos subjetivos do sujeito, como suas escolhas e motivos. Visto dessa forma, a necessidade de ida ao campo para a escritura desse artigo se fez importante para quebrar certos conceitos ideais, e aliar a pesquisa intimamente com a

realidade. A metodologia do campo foi desenvolvida através de entrevistas com moças de diferentes realidades que praticam a atividade da prostituição, por meio de um roteiro semiestruturado, foi perguntado os motivos que a levaram, as problemáticas envolvidas nessa prática e como que elas lidam com essas variáveis, o preço do programa e as diretrizes que elas dão para efetuar a atividade (se praticam sexo sem camisinha, se atendem em casa, tipos de relações que tem com os clientes etc.).

Ao entrarmos no árduo debate sobre a prostituição, é necessário esclarecer um ponto bastante mal interpretado por todos, até mesmo os do meio acadêmico, a prostituição não é a venda propriamente dita do corpo, é o uso do corpo como forma de trabalho, a prostituta não vende o corpo, de acordo com a prostituta Gení (nome fictício) “eu não vendo meu corpo, é tipo assim, eu transo ele me paga e vou embora, se eu vendesse eu teria de ficar para sempre com ele, tenho outros clientes” – Com essa fala, percebi que a prostituta não se vê como uma mercadoria comum, por exemplo um carro, onde existe um único dono e exclusivo dele, é fácil perceber que ela sabe que não é objeto e sim uma prestadora de serviço. A ideia de achar que quando uma mulher se prostitui ela se coisifica e perde sua subjetividade é totalmente fora do contexto do mercado do sexo, e essa não avaria do seu “Eu” não se detém apenas as mulheres que adentram ao mundo da prostituição por espontânea vontade, ; as mulheres que entram nesse meio por determinação e imposição social também não perdem o sentido de serem donas do próprio corpo e que aquilo que estão fazendo simplesmente é um “prestação de serviços”, ou seja, um contrato feito por ela em troca de uma reposição financeira. Outro ponto que vale salientar aqui, é no contrato que as mulheres se empoderam, pois elas agenciam



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

todo o contrato, basta ver os requisitos para se fazer o programa, citando novamente Gení, ela diz “anal eu não faço, porque dói, podem me pagar mil reais, mas não faço”, ou seja, é visto aqui que a mulher assume o papel de líder da negociação, não é o homem que lidera e assume o papel de dono da mulher, é o contrário, a mulher tem em mente que seu corpo e seus limites são postos na hora do sexo. Isso acontece até nas camadas tidas como luxuosas da prostituição, um campo onde os programas são feitos discretamente, exclusivos e bem particulares, as mulheres desse campo em sua maioria com um grau de instrução maior e conseqüentemente com um preço de programa maior, as acompanhantes de luxo também possuem essa característica de agenciadora, uma acompanhante de luxo de Itarema, chamada Bruna (nome fictício) afirma “não faço sem camisinha, tem gente que é suja”, este é outro exemplo claro que a mulher assume o papel de quem impõe limites a negociata.

Um termo formulado por Elisiane Pasini (2005) chamado de “regras em pontos de prostituição” é exatamente o que foi descrito pelas profissionais do sexo nas entrevistas, elas ditam o que vão fazer, e o que não vão e o preço que cobram. Alguns clientes que frequentam bares e casas de prostituição escambam na afirmação de César (nome fictício) “não tem como discutir, ou é isso ou não é, às vezes a gente até pechincha, as vezes dá, outras não”, outra visão que corrobora a liderança feminina na transação dos corpos. Dessa forma a representação da prostituição como um ato de abuso e subjugação da mulher como um mero objeto de carne a venda é despreendida da realidade das próprias prostitutas, pois ignoram o fato delas mesmas controlarem a negociação, porém também não se pode pensar que “controlar” é sinônimo de algum autoritarismo, existe um consenso entre as

partes; quando se realiza um programa, o cliente oferece a demanda e a prostituta escolhe ou não aceitar seguindo seus princípios de limite. O abuso por parte dos clientes ocorre, não pela mulher não ter poder, e sim pela a condição onde ela está; os pontos de prostituição obedecendo uma moral espacial urbana sempre são em lugares marginalizados, sofrendo abuso por parte de órgãos do Estado, ou bem como extorsão, e em locais onde a existência dela ou não é ignorada, o cliente abusa da prostituta não é pelo o fato dela ser um corpo a venda, e sim pelo o fato dela está num local onde esse abuso possa acontecer sem prejudicar o cliente. A fala de Gení que trabalha numa esquina em Itarema, esclarece melhor “Eu não gosto de trabalhar aqui, tem sempre uns noiadin, as vezes passa uns ricos frescando com a gente, mas fazer o que, né? ”. Gení representa tantas outras prostitutas que trabalham em locais à margem, seus espaços diferentemente de outras mais privilegiadas são perigosos e favoráveis a riscos como estupro, abuso e roubo. É este o ponto central do artigo, a questão da diferença do ser/fazer-se prostituta nos campos de classe no sistema capitalista e a necessidade de uma regulamentação para favorecer as que estão em classe de risco.

Primeiramente quero pontuar que com o advento da modernidade, do consumo e da relativização de valores, a prostituição hoje já não é mais um caminho somente da juventude pobre e oprimida, é comum vermos mulheres fazendo programas para melhorar a vida, para se manterem na universidade, que é como o fenômeno das prostitutas universitárias que incrementam ao programa a conversa e não somente o sexo, ou serem por alguns dias acompanhantes de homens em festas, confraternizações e viagens. Devido a fagocitose do capital, o mercado da prostituição se expandiu, e como



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

consequência perversa e inerente ao sistema, as desigualdades de classe também adentraram no campo do meretrício. Uma simples observação aos campos de trabalho já contrasta as diferenças de classe, tomei por exemplo o local de Gení descrito acima, perto de “bocas-de-fumo”, um local com luzes entre apagadas, estigmatizado como “Rua da putaria” por conter algumas prostitutas fazendo programa. Em contrapartida vi a Bruna, acompanhante de luxo, que atende em seu apartamento em Fortaleza e passa os fins de semana em Itarema, com um grau de instrução melhor do que Gení, e cobrando um preço mais alto. Bruna e Gení praticam a mesma atividade, se diferenciam em apenas um quesito, enquanto Bruna é branca e loira artificialmente correspondente aos padrões de beleza, Gení é negra, de cabelo enrolado e corpo franzino.

Essas diferenças de classe, e consequentemente um maior preconceito para a classe oprimida, dizem respeito as identificações e ao culto à beleza – esta padronizada de acordo com a classe dominante. Para uma garota de programa de luxo, a garantia da ascensão na “carreira” é o sigilo e a etiqueta, qualquer tipo de comportamento descomedido que as identifique como “puta de esquina” são fundamentos para o total desatilhar da carreira. Para continuar no mercado do luxo e do acompanhamento é preciso aparentar está na moda, ter uma conversa ilustrada e ter um corpo perfeito, privilégios estes que só pertencem a um tipo de classe e não dialoga com as prostitutas pobres da periferia, que muitas vezes, vão para o submundo da prostituição por terem sido expulsas de casa, serem obrigadas pelo o marido ou por desde a infância terem sido abusadas. Dessa forma, em uma sociedade onde “ser bonita e bem aparentada” é sinônimo de felicidade e ascensão (Wolf, 1992), fugir disto ou não

conseguir acessar é o fim de uma vida de prostituição valorizada. Outro ponto contraditório na lógica perversa do capitalismo imposta na prostituição é que enquanto as de luxo precisam de uma discrição, as “quengas” precisam aparentar que são, permear espaços estigmatizados como locais de prostituição, o cliente precisa saber quem é a prostituta naquele meio (Ribeiro e Mattos, 1996).

Posto em cheque as diferenças de classe, voltamos ao ponto da regulamentação, o feminismo tem visto toda e qualquer questão ligada a mulher como uma opressão de gênero, porém a prostituição é um ponto que perpassa a questão de gênero e escamba na questão de classe e desigualdade, onde mulheres que sofrem um descaso perante ao Estado, por exemplo pobreza, violência doméstica e que já sofreram abusos infantis recorrem a prostituição como via para mudar de vida. Para além das questões de gênero, existe uma questão maior, a de classe que se dá na necessidade de haver uma política que proteja as profissionais, já que violência e abusos estão mais suscetíveis as garotas da periferia de classe pobre inerentes a clandestinidade, regulamentar é fazer com que estas mulheres-meninas da estejam com seus direitos garantidos.

A alternativa para fugir dos campos perigosos da rua para as prostitutas é se aliarem aos cafetões em casas de massagem, prostituição etc., fomentando assim a prática da mais-valia das profissionais do sexo, pois em casas de prostituição a mulher sofreria da lógica do capital, o patrão ou a patroa se apropriaria de praticamente toda a riqueza gerada pela força-de-trabalho, permitindo assim a exploração exacerbada, causando uma alienação da mulher frente ao trabalho que ela realiza. Visto isso, a regulamentação permitiria uma organização autônoma em forma de cooperativas, e dessa forma



impondo limites para a extração da própria mais-valia, já que associadas as profissionais deveriam pagar certos impostos e empregar pessoas, porém isso seria retirado do dinheiro do próprio programa e após isso o resto seria da própria trabalhadora, sendo assim uma forma de estabelecer uma demarcação na extração da própria força de trabalho configurando uma forma radical de trabalho, e conjuntamente, dá as prostitutas a condição de cidadã plena e trabalhadora.

A regulamentação serviria tanto para impedir de novas mulheres adolescentes serem empurradas para a prostituição, pois além da fiscalização do Estado, haveria uma fiscalização das próprias legalizadas frente as novas meninas, a sororidade por parte das prostitutas regulamentadas frente as meninas que porventura seriam largadas na rua para se prostituir, não permitiria que esse fato se consumasse. A regulamentação faria com que as prostitutas que por determinação social estão hoje na rua, retirando elas dos ambientes perigosos da rua, e não permitindo a exploração excessiva do corpo por homens-cafetões. A prostituição é um fato, proibir ela acarreta a criação de um submundo ilegal, duplamente pior, onde as mulheres se aliam a homens ou mulheres cafetinas, e aguentariam a hiperexploração para não serem presas. Observar a regulamentação como algo que corroboraria a imagem da mulher como ser à venda, além de não dialogar com o contexto das prostitutas, não resolve o problema e renega o principal motivo da existência do feminismo que é proteger as mulheres.

A prostituição envolve sim, práticas de relação de poder entre homens e mulheres que devem ser avaliados e discutidos, todavia, os relatos de inúmeras prostitutas são o reflexo desse clamor por uma efetiva participação do Estado, aceitação da profissão e reconhecimento dos direitos plenos. A

regulamentação é vital na medida que reconhece as prostitutas e as transforma em sujeitos ativos, além de aglutinar a população transexual marginalizada que tem na prostituição o único meio de renda para sobreviver; com isso se forma um núcleo de mulheres realmente necessitadas de um olhar maior do Estado e da própria academia e do movimento feminista, e com isso uma maior proteção.

Nessas questões sobre a regulamentação ou não da prostituição envolve aspectos de cidadania e do trabalho, olhar a profissional do sexo como ser ativo na elaboração do trabalho é uma mudança no olhar importante, a participação das prostitutas em debates acerca delas mesmo, bem como sua vivência, é imprescindível. Pensar a prostituição é pensar o papel da mulher na sociedade, da prostituta em particular, de forma subjetiva, e a hegemonia do discurso dominante masculino.

REFERÊNCIAS

DIMENSTEIN, G. Meninas da noite: a prostituição das meninas escravas no Brasil. São Paulo: Ática, 1992.

PITTA, D.P.R (ORG). Ritmos do Imaginário. Pernambuco: UFPE, 2005

WOLF, N. 1992 - O Mito da Beleza: Como as Imagens de Beleza são Usadas Contra as Mulheres. RJ. Tradução Waldéa Barcelos. Rocco.

RIBEIRO, M. ^a C . & MATTOS, R. B. de 1996 - Territórios da Prostituição nos Espaços Públicos da Área Central do Rio de Janeiro. In: Território. LAGET, UFRJ. RJ, Relume Dumará: vol 1, No 1 (Jul./Dez).

RIBEIRO, M. F. V. É possível consentir no mercado do sexo? O difícil



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

diálogo entre feministas e trabalhadoras do sexo. *REIA*, Pernambuco, v. 2, n. 2, p. 17-29, 2015.

PASINI, Elisiane. “Corpos em Evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000 a.

